

DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.19690>

**Um Movimento Negro em Terras Palmarina: A
Associação Cultural Zumbi (1980-1988)**

A Black Movement In Palmarine Lands: The Zumbi
Cultural Association (1980-1988)

Un Movimiento Negro En Tierras Palmarinas: La
Asociación Cultural Zumbi (1980-1988)

Luciana Juvêncio Silva

Doutoranda em História pela UFAL
luciana.juvenciosilva@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-8392-7753>

Alcileide Cabral do Nascimento

Professora Titular da UFRPE
Doutora em História pela UFPE
alcileide.cabral@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3768-3357>

Danilo Luiz Marques

Doutor em História pela PUC/SP
Professor Titular da UFAL
danilo.marques@ichca.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0003-3804-903X>

Resumo

O Movimento Negro em Alagoas se organiza no final dos anos de 1970, trilhando a sua trajetória em meio à ditadura civil-militar (1964-1985). A partir de suas relações com a academia e a sociedade civil, a Associação Cultural Zumbi (ACZ) buscou alternativas para fortalecer a luta antirracista no estado por meio de estratégias de intervenção políticas-pedagógicas no cenário alagoano. O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação da ACZ no período 1980-1988 através de suas articulações para o tombamento da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL. Nosso intuito foi promover uma reflexão sobre as contribuições da organização negra em Alagoas, avaliando seu impacto no cenário nacional. Neste trabalho, tomamos Lélia Gonzalez (2020) como uma das principais intelectuais brasileiras ao tratar sobre o Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento de Mulheres Negras como fundamentais para a superação do racismo e do sexismo no Brasil. Como suporte teórico-metodológico, analisamos dossiês do Sistema Nacional de Informações (SNI), incluindo documentos relacionados ao I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981), um evento marcado pelas discussões iniciais para o tombamento da Serra da Barriga quanto a criação do Conselho do Memorial Zumbi, responsável pelo pedido de tombamento e pela promulgação de pesquisas sobre a Serra da Barriga. Tomamos como *corpus* de análise obras historiográficas que contribuíram com a historiografia da atuação do movimento negro, em especial, a historiografia alagoana, que se deu mediante as produções sobre as mobilizações antirracistas no estado.

Palavras-Chave: Associação Cultural Zumbi; Resistência Negra; Alagoas.

Abstract

The Black Movement in Alagoas was organized in the late 1970s, following its trajectory during the civil-military dictatorship (1964-1985). Based on its relationships with academia and civil society, the Zumbi Cultural Association (ZCA) sought alternatives to strengthen the anti-racist struggle in the state through political-pedagogical intervention strategies in the Alagoas scenario. This article aims to analyze the actions of ZCA in the period 1980-1988 through its articulations for the listing of Serra da Barriga in União dos Palmares/AL. Our aim was to promote reflection on the contributions of Black organizing in Alagoas, assessing its impact on the national scene. In this work, we consider Lélia Gonzalez (2020) as one of the leading Brazilian intellectuals when discussing the Unified Black Movement (UBM) and the Black Women's Movement as fundamental to overcoming racism and sexism in Brazil. As theoretical-methodological support, we analyzed dossiers from the National Information System (SIN), including documents related to the 1st National Symposium on Quilombo dos Palmares (1981), an event marked by the initial discussions for the listing of Serra da Barriga and the creation of the Zumbi Memorial Council, responsible for the request for listing and for the promulgation of research on Serra da Barriga. We took as our corpus of analysis historiographical works that contributed to the historiography of the actions of the black movement, in particular, the historiography of Alagoas, which was produced through productions on anti-racist mobilizations in the state.

Keywords: Zumbi Cultural Association; Black Resistance; Alagoas.

Resumen

El Movimiento Negro en Alagoas se organizó a finales de la década de 1970, forjando su trayectoria en medio de la dictadura cívico-militar (1964-1985). A partir de sus vínculos con la academia y la sociedad civil, la Asociación Cultural Zumbi (ACZ) buscó alternativas para fortalecer la lucha antirracista en el estado mediante estrategias de intervención política y pedagógica en el contexto alagoano. Este artículo busca analizar las actividades de la ACZ entre 1980 y 1988 en su lucha por la protección de la Serra da Barriga en União dos Palmares, Alagoas. Nuestro objetivo fue promover la reflexión sobre las contribuciones de las organizaciones negras en Alagoas, evaluando su impacto en el panorama nacional. En este trabajo, consideramos a Lélia Gonzalez (2020) como una de las principales intelectuales brasileñas al abordar el Movimiento Negro Unificado (MNU) y el Movimiento de Mujeres Negras como elementos fundamentales para la superación del racismo y el sexismo en Brasil. Como apoyo teórico y metodológico, analizamos expedientes del Sistema Nacional de Información (SNI), incluyendo documentos relacionados con el Primer Simposio Nacional sobre el Quilombo dos Palmares (1981), evento marcado por las discusiones iniciales para la inscripción de la Serra da Barriga y la creación del Consejo Memorial Zumbi, responsable de la solicitud de inscripción y la difusión de investigaciones sobre la Serra da Barriga. Nuestro corpus de análisis incluyó trabajos historiográficos que contribuyeron a la historiografía de las actividades del movimiento negro, en particular la historiografía de Alagoas, que se desarrolló a través de producciones sobre las movilizaciones antirracistas en el estado.

Palabras-clave: Asociación Cultural Zumbi; Resistencia Negra; Alagoas.

1. Introdução

No Brasil, as práticas de resistência negra existem desde a escravidão e, com o pós-abolição, foram tecidas novas formas de denúncia tanto da exclusão social quanto do mito da democracia racial devido à manutenção de lógicas coloniais provenientes do contexto escravista. Sendo a violência um traço específico do escravismo, as mobilizações e redes de sociabilidade foram criadas com o intuito de sobreviver e resistir a uma realidade perversa e desumana. Com o fim da escravidão, decretada no dia 13 de maio de 1888, a população de ex-escravizados mesmo em condição de “liberdade”, lidaram com a falta de amparo à população negra, desse modo, iniciou-se um longo e histórico processo de luta contra as novas formas de opressão oriundas do capitalismo predatório.

As organizações negras se deram de diferentes formas. A imprensa negra no século XIX, por exemplo, visava denunciar o racismo em meio ao contexto escravista e, com o pós-abolição, manteve-se denunciando as desigualdades sociais. Segundo Iraneide Silva (2016), várias foram as estratégias criadas pelos(as) ex-escravizados(as) e seus descendentes como contranarrativa tanto à escravidão quanto à vigência de um sistema semelhante ao qual estavam submetidos. Nesse sentido, a formação de quilombos, a articulação de revoltas, a constituição de associações negras e a imprensa são exemplos dessa insurgência. Foram essas, portanto, maneiras encontradas para denunciar o racismo e reivindicar direitos.

Com o pós-abolição configurado como um período inacabado, levando-se em consideração a dívida social não quitada para com a população negra e indígena, surgiu a necessidade da criação de entidades negras para uma intervenção política direta. Na década de 1970, as mobilizações negras ganharam intensidade – apesar do contexto da ditadura civil-militar. Esse período foi marcado por afirmações sociorraciais, como o combate à discriminação racial, ao mito da democracia racial e a busca por uma autoafirmação negra de forma positiva, o que, de acordo com Amílcar Pereira “são características fundamentais do movimento negro contemporâneo que se constituiu no Brasil na década de 1970” (2010, p. 61). Nesse mesmo período surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

(1978), o Centro de Defesa do Negro no Pará (1979), a Associação Cultural Zumbi em Alagoas (1979) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (1980).

A partir das mobilizações no país, “o Movimento Negro articulou-se [...] desenvolvendo diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo na sociedade brasileira” (Domingues, 2007, p. 100). Levando em consideração o contexto da ditadura civil-militar, ainda vigente na primeira metade da década de 1980, houve a necessidade de recuar as atividades dos movimentos sociais – justamente pela opressão impingida pelo contexto político da época. Porém, este recuo não significa que as entidades negras deixaram de atuar nesse contexto, o que as tornou umas das maiores e mais representativas na luta social no Brasil. Nos anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980 a luta antirracista ganhou fôlego e intensificou as suas mobilizações, gerando frutos futuros, especialmente na intervenção direta no exercício da lei 10.639/03, visando a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, no período fundamental e médio.

Neste sentido, o movimento negro é um coletivo que abrange conjuntos de grupos de entidades políticas e culturais (Gomes, 2017) que experiencia consensos, disputas e conflitos em seu compromisso com a luta antirracista. No cenário alagoano, o expoente do Movimento Negro, a Associação Cultural Zumbi (ACZ), articulou, fomentou e construiu estratégias de intervenção visando à superação do racismo a partir da valorização da figura de Zumbi dos Palmares e da sociedade palmarina, símbolo de resistência negra. Em meio às articulações da ACZ, a entidade uniu a perspectiva cultural, política e histórica da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL, criando laços de pertencimento com o estado de Alagoas.

2. ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZUMBI (ACZ)

A ACZ surge em 1979 como uma das principais representações de resistência negra no estado alagoano. Dentre os seus objetivos, destacam-se a luta contra a discriminação do homem alagoano e a conscientização da sociedade alagoana sobre a importância de Zumbi para a libertação do negro brasileiro. Mediante os intuitos

descritos pela ACZ, compreendemos que seu propósito basilar, como representação política-cultural em Alagoas, propunha-se a alinhar a militância negra à perspectiva ancestral de Zumbi dos Palmares, considerando o estado alagoano como o território do solo sagrado do Quilombo dos Palmares.

No final da década de 1970 e década de 1980, os descendentes de luta da sociedade palmarina iniciam uma trajetória histórica, sendo este um dos primeiros grupos articulados na luta antirracista representando o estado de Alagoas. A propósito disso, para a pesquisadora Rosa Correia (2016) o contexto de criação da ACZ, “era, portanto, esses anos entre o fim da década de 1970 e o início de 1980, um período de denúncia, com solo fértil para buscar a solidariedade de outros grupos e instituições que lutavam pela democracia naquele momento” (2016, p. 132).

Tanto a ACZ, como uma entidade política e cultural, quanto o Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas (CEAB/UFAL)¹ foram organizações negras que atuaram juntas na década de 1980 com militantes que participavam, concomitantemente, na ACZ e no CEAB. Os dois grupos tinham relações a partir das experiências dos sujeitos que integravam essas organizações, como, por exemplo, um dos principais líderes negros do estado de Alagoas, Zezito Araújo, que foi diretor não só da ACZ, como também do CEAB em 1983. Zezito Araújo também atuou como professor efetivo do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 1980 – mesmo período em que nasce a representação do movimento negro em Alagoas, onde desenvolveu estudos e pesquisas fundamentais para o tombamento da Serra da Barriga, construindo-se, assim, uma ponte entre a instituição pública federal e a sociedade alagoana – o que gerou a possibilidade de outros integrantes da ACZ terem diálogos com a UFAL. Nesse sentido, houve um estreitamento nas relações entre o CEAB e a ACZ, devido ao foco de discussão de ambos os núcleos. Para a manutenção da entidade, havia redes de apoio, como o Governo Estadual, para a realização de projetos e eventos que serão abordados mais à frente.

¹ Nascido em 1980, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (CEAB/UFAL) passou a ser uma referência nos estudos afro-brasileiros. Em 1983, a sigla foi reformulada, passando a ser Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e, por fim, em 2019 tornou-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

Sobre a relação do NEABI-UFAL e a ACZ, de acordo com o historiador Danilo Luiz Marques, atual coordenador-geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-Ufal), e a pesquisadora Rosa Correia, vice-coordenadora geral do NEABI-UFAL:

A história do NEABI/UFAL, em sua gênese, está ligada a Associação Cultural Zumbi (ACZ), entidade negra criada em 1979, em decorrência de um episódio de racismo envolvendo Marcelino Dantas, negro e estudante de medicina da UFAL, que foi “convidado” a se retirar de um baile no Clube Fênix Alagoana. Na ocasião, após uma reunião com 33 pessoas (31 homens negros e 2 mulheres negras), a ACZ se constituiu enquanto um dos principais grupos políticos do Estado de Alagoas, que tinha como objetivo o combate ao racismo (Marques; Correia, 2022, p. 33).

Com a participação de trinta e três homens e duas mulheres negras na reunião para a construção da ACZ, após o episódio de racismo no Clube Fênix Alagoana², os membros da entidade estrategicamente realizavam suas reuniões na Praça dos Palmares, no centro de Maceió, com o intuito de discutir os casos de racismo e as formas de combatê-lo. Para o pesquisador e militante Zezito Araújo, o Movimento Negro alagoano, apesar de ter nascido em 1979, só foi na década de 1980 que a ACZ se mobilizou, a propósito, ainda em pleno contexto da ditadura civil-militar. A categoria racial foi a principal bandeira de luta, mas outras pautas, como os direitos das mulheres e dos/as trabalhadores/as, também compuseram parte das bandeiras sociais levantadas pelo movimento (Marques; Correia, 2022).

Em seus objetivos, a ACZ demonstra a importância da discussão do lugar do negro na sociedade, sobretudo, na luta contra a discriminação do homem negro alagoano. Percebe-se, em seu discurso, a centralização da figura masculina como principal narrativa da pauta antirracista, consequentemente, não considerando o lugar da mulher negra alagoana. No entanto, compreende-se que, ao longo da década de 1980, os discursos e bandeiras de luta se diversificaram, tendo em vista a participação ativa de mulheres negras na constituição da ACZ, nas atividades

² Espaço restritivo a brancos e ricos, famílias provenientes do poderio senhorial do açúcar, e que permaneceu como local de não acesso da população negra maceioense por quase todo o século XX, salvo raras exceções carnavalescas (Marques, 2024, p. 194).

desenvolvidas pelas militantes negras no estado de Alagoas – a exemplo da Jornada da Mulher Negra Alagoana em 1988 como preparativo para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença/RJ em 1988. Também se pode notar sua participação nas intervenções político-pedagógicas nas escolas públicas; nos trâmites para a constituição do Memorial Zumbi; na luta pelo tombamento da Serra da Barriga; no levantamento de terreiros afro-religiosos no estado; e, principalmente, no trabalho intelectual referente à construção de documentos burocráticos da entidade, sendo atividades realizadas principalmente pelas mulheres negras da ACZ. A presença de mulheres negras no movimento negro, portanto, se deu desde o início, não apenas na criação da entidade, mas também na sua direção, sua atuação não pode ser esquecida. (Gonzalez, 1982).

Para a pesquisadora Jurema Werneck (2010), a ação política, social e cultural realizada por mulheres negras antecede mesmo o próprio “feminismo branco”, destacando-se as diferentes estratégias e articulações no contexto escravista e no pós-abolição. A partir de diferentes contextos históricos, “todas tiveram expressiva participação em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos” (Werneck, 2010, p. 15). A atuação de mulheres negras na luta antirracista no Brasil está diretamente relacionada ao MNU, pois, é no interior da entidade que a luta feminina negra busca pontuar as suas especificidades. Nesse contexto, para Lélia Gonzalez (1984), a presença de mulheres negras não foi apenas na criação da entidade, mas no direcionamento do enfrentamento ao racismo, sendo o interior do Movimento Negro o espaço que foi viável e necessário para as discussões sobre a questão racial e de classe.

A partir dessa lógica, considera-se importante a problematização com relação à ACZ devido a centralização da figura masculina, pois esse discurso não pontua a realidade das mulheres negras alagoanas. No entanto, mesmo com essa crítica ao discurso da ACZ, reconhecemos que, posterior à sua criação, é evidente a crescente visibilidade feminina, devido às iniciativas tomadas por elas mesmas, à exemplo de suas inteirações com eventos feministas sob a perspectiva negra. É fundamental o debate de gênero, tendo em vista que a atuação da ACZ na década de 1980 não somente teve a influência de suas próprias militantes, mas também o

diálogo com intelectuais que também deram suporte e visibilidade para a Associação em questão, em especial, a intelectual Lélia Gonzalez.

De acordo com Jeferson Silva, pesquisador da cultura negra em Alagoas, a ACZ seria uma das pioneiras, senão, a primeira entidade negra criada com o intuito de “discutir a problemática racial no estado” (Silva, 2006, p. 3). Uma das urgências da entidade estaria ligadas às questões da Serra da Barriga, sobretudo, na sua valorização política-cultural e na possibilidade de reconhecimento nacional.

Tal identidade tinha na valorização de Zumbi e do Quilombo dos Palmares seu eixo central, o qual buscava ser trabalhado no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Além da ACZ, nós teríamos mais tarde a criação do grupo Filhos de Zumbi, que nasceu de uma dissidência da ACZ e tinha por objetivo trabalhar a identidade negra na periferia da cidade de Maceió. Na cidade de União dos Palmares nós teríamos ainda a Fundação Zumbi, órgão ligado à Prefeitura daquele município, que teve como um de seus principais projetos o Projeto União, o qual tinha por objetivo a construção de um espaço físico para a guarda da memória palmarina. O mesmo não se viu implementado (Silva, 2008, p. 14).

Buscando incorporar na sociedade alagoana o legado ancestral da cultura palmarina, muitas atividades foram realizadas ao longo da década de 1980, em destaque, as intervenções nas escolas públicas³ com a aplicação de projetos que retratam não só o legado da trajetória do quilombo de Zumbi dos Palmares, mas também as estratégias do pós-abolição da comunidade negra no Brasil, sobretudo, desvencilhando do imaginário da população alagoana os discursos que tendem a subalternizar as práticas antirracistas ao longo da história. Essas ações pedagógicas também foram estratégias utilizadas por outros movimentos negros, que, por meio de suas atividades, teve como prioridade a educação como mecanismo facilitador para o ensino-aprendizagem das relações étnico-raciais.

Apesar da articulação política-pedagógica da ACZ, por outro lado, existiu – e ainda existe – a problemática das escolas brasileiras recorrerem às entidades negras somente em determinadas datas. Existe uma diferença entre o 13 de maio e o 20 de novembro, tendo em vista que, a primeira parte da sanção nacional da Lei Áurea

³ O Projeto Palmares tinha como intuito realizar intervenções pedagógicas em União dos Palmares e na zona rural, buscando evidenciar a história de Palmares e a resistência negra.

3.353, que determinou a abolição da escravatura e, no imaginário social sob a perspectiva de uma lógica racista, há uma idealização acerca da resolução da lei que tornou a Princesa Isabel o símbolo do fim da escravidão, porém considera-se que a abolição da escravatura teve como principal motivação a questão econômica. Houve, nesse sentido, toda uma articulação dos escravizados e escravizadas, de modo que suas mobilizações foram essenciais para a determinação da lei. Por outro lado, considera-se que, mesmo com o pós-abolição, a população negra continuou buscando novas formas de sobrevivência, haja vista vista, o novo processo de exclusão social como resquício da escravidão – uma questão ainda presente nos dias atuais.

Já o segundo caso tem uma maior representatividade para a militância antirracista. No ano de 2023, o dia 20 de novembro se tornou feriado nacional, a partir da Lei Nº 4.759/2023, anterior à promulgação da lei, o feriado era aderido apenas em seis estados⁴: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Amapá e São Paulo. Entretanto, os movimentos negros brasileiros, terreiros, afoxés e etc, teciam mobilizações para reflexões, enfrentamentos, debates e atividades, em diferentes espaços, acerca da consciência negra e da contribuição histórica da população afrodescendente para o país, mesmo anterior a lei.

Considerando as atividades tecidas pela ACZ, especialmente, em torno da Serra da Barriga, ao longo da década de 1980 foram realizados eventos para discutir as propostas para a criação do Memorial Zumbi. Nos próximos tópicos abordaremos alguns dos eventos fundamentais para o tombamento da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL.

3. I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES: AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SERRA DA BARRIGA

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-12/dia-da-consciencia-negra-agora-e-feriado-nacional>. Acesso em: 03/09/2023.

O movimento social negro alagoano, desde o início da década de 1980, já tinha em sua pauta a ideia de construir um parque histórico nacional na Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL. A ACZ provocou a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para realizar o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, o que de fato acabou ocorrendo em União dos Palmares/AL, no Museu Casa Jorge de Lima⁵ e em Maceió, no auditório da Reitoria da UFAL, entre os dias 16 e 20 de novembro de 1981.

O simpósio contou com cerca de setenta participantes contando com a presença de catorze delegados das instituições oficiais responsáveis: a UFAL, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁶, Governo do Estado de Alagoas e Prefeitura de União dos Palmares. Diversos representantes de entidades negras estiveram presentes, como o Movimento Negro Unificado da Bahia (MNU), do Ceará e de São Paulo, o Movimento Alma Negra (MOAN) do Amazonas, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) da Bahia, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros de Brasília (CEAB), o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO) de São Paulo e Espírito Santo, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) de São Paulo, o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, o Centro de Defesa da Cultura Negra do Pará (CEDENPA), o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE) de Recife e João Pessoa, e o Grupo de Trabalho André Rebouças do Rio de Janeiro (Nascimento, 1981).

Ao longo dos dias de evento, foram realizadas palestras, conferências e mesas-redondas com professores, pesquisadores, jornalistas, militantes, atores e atrizes, com temáticas sobre Palmares a partir de diferentes abordagens, como questões teórico-metodológicas sobre a história de Palmares, história colonial, o legado de Palmares, a formação social palmarina, o significado de Palmares para o negro brasileiro e Palmares na literatura brasileira.

⁵ Poeta, político, médico, biógrafo, ensaísta e tradutor brasileiro nascido em União dos Palmares. Jorge de Lima também participou do Movimento Modernista brasileiro.

⁶ Atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O simpósio teve como intuito discutir o Projeto Zumbi, criado em 1979. Essa atividade fora idealizada pelo Projeto Rondon e pelo governo do estado de Alagoas, que, após um período de inatividade, em 1980 a Universidade Federal de Alagoas retomou com a programação dando início à implantação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB)⁷, criado por uma das principais lideranças negras alagoanas, Zezito Araújo, e pelo professor Décio Freitas, com o intuito de promover estudos sobre a cultura afro-brasileira, sobretudo, o legado da história da Serra da Barriga visando construir o Memorial Zumbi dos Palmares.

O processo de criação do Memorial Zumbi ilustra nitidamente a necessidade da participação crítica dos grupos interessados, a fim de orientar a definição do patrimônio cultural para escapar à imposição etnocêntrica, restritiva e imobilizadora que tradicionalmente opera nessas circunstâncias. Podemos observar os perigos traiçoeiros dessa perspectiva excludente examinando, por exemplo, a conceituação provisória do Parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares, elaborada no “Termo de referência” emitido pelo Ministério da Educação e Cultura (Coordenação do Aperfeiçoamento de Nível Superior, Assessoria Especial de Projetos) em junho de 1980 (Nascimento, 2014, p. 98).

No entanto, esse resgate histórico do legado do Quilombo dos Palmares, com o chamado “Projeto Zumbi” do governo do estado de Alagoas e do Projeto Rondon, teria o intuito de transformar a Serra da Barriga em espaço puramente turístico, desconsiderando o caráter histórico, político, cultural e ancestral do lugar. Inicialmente, esse projeto propunha inserir a Empresa de Administração de Turismo (EMATUR) para alavancar o turismo em União dos Palmares, na Serra da Barriga, “articulando-se com o Projeto Rondon e, a partir daí, com o CNPq, por intermédio do então Reitor da Ufal, professor João Azevedo” (Duarte, 2023, p. 13). A proposta comercial com relação à Serra da Barriga foi questionada por militantes negros presentes no I Simpósio Nacional e de acordo com um dos principais pesquisadores da cultura africana no Brasil, Joel Rufino dos Santos, destaca-se a importância da presença de intelectuais negros e militantes para a modificação do projeto, pontuando a problemática da ideia unicamente turística visando apenas o retorno

⁷ Atual Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (NEABI/Ufal).

econômico, desconsiderando o legado histórico de um dos maiores quilombos da América Latina.

Lá chegando, aqueles intelectuais negros militantes, levando em conta a importância histórica inigualável de Palmares, reverteram o projeto da Universidade. A partir daí, pensou-se em erguer, na Serra da Barriga, capital do Estado de Palmares, um conjunto monumental que fosse ao mesmo tempo um ponto de encontro dos movimentos negros democráticos, um centro de pesquisa e um museu da contribuição do negro à formação social, política, econômica e civilizatória do Brasil (Santos, 2014, p. 102).

A partir da intervenção dos militantes negros presentes no simpósio, foram realizadas diversas pontuações para o que viria a ser o Memorial Zumbi. O nome “Memorial Zumbi” tinha como objetivo substituir o “monumento”, tendo em vista que este último visava a uma ideia de “natureza estática e imobilizada, de pura ostentação da arrogância das classes dominantes” (Nascimento, 2014, p. 99); por outro lado, o termo “memorial” estaria ligado a uma relação de participação dinâmica com a comunidade interessada (Nascimento, 2014). Além disso, a “articulação de vários segmentos do movimento negro propôs que o lugar se tornasse o primeiro patrimônio negro tombado pelo governo federal, junto com o Terreiro do Engenho Velho da Casa Branca em Salvador/BA” (Marques, 2024, p. 194).

Com a ditadura civil-militar ainda vigente, os militantes registraram o evento para produzir relatórios para o SNI (Duarte, 2023), garantindo o registro documental do simpósio. Nos relatórios constam que, no I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares em Maceió/AL, houve a presença de trinta e quatro pessoas importantes para a militância negra no país, dentre elas, Lélia Gonzalez, Décio Freitas, Clóvis Moura, Zezé Motta e Zezito Araújo, além de embaixadores de seis embaixadas de países africanos.

Realizou-se no período de 16 a 20 de novembro de 1981, em Maceió/AL, no auditório “Guedes de Miranda”, da Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o “I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES”, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros e pelo Projeto Zumbi.[...] O Simpósio foi encerrado em 20 de novembro de 1981, denominado “DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA”, com uma peregrinação na SERRA DA BARRIGA, em UNIÃO DOS PALMARES/AL, ocasião em

que foi celebrada uma missa canpal, oficiada por Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, com texto de Dom Pedro Maria Casadálga Plá, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, que também se encontrava presente ao ato religioso.⁸

Entre as conferências realizadas, a do historiador Décio Freitas teve um grande destaque, devido a sua influência nos estudos sobre Palmares. Em sua apresentação, Freitas aborda o equívoco do uso do termo quilombo e que, na verdade, ele só aparece no século XVIII, em que tal palavra é utilizada como sinônimo de mocambo (Gomes, 2005). O termo mocambo tem como definição “a forquilha que em Angola sustentava a cumieira das casas”⁹ e quilombo “foi usado pelos senhores-de-escravos em sentido pejorativo, porquanto se tratava em Angola de um depósito de escravos dos jagas – caçadores e mercadores de escravos.”¹⁰

Um dos tópicos mais abordados no simpósio relaciona-se à falta de documentação sobre a trajetória do Quilombo dos Palmares produzida pelos próprios palmarinos, e que toda a história contada foi realizada sob a ótica dos inimigos, neste sentido, tratando-se dos perigos de uma história indireta. Compreende-se que a história de Palmares deve ser contada e inserida no imaginário social, como uma narrativa desvencilhada da perspectiva eurocêntrica, pois é fato que o Quilombo dos Palmares como sociedade lutou dentro de suas capacidades e se transformou em um dos maiores quilombos¹¹ e com maior longevidade, durando cerca de cem anos.

Quando abordamos a questão do “imaginário social”, fazemos menção à própria cidade de União dos Palmares/AL, na comunidade de Múquem, onde houve uma intervenção pedagógica do Projeto Palmares dos militantes da ACZ em 1983. Com isso, observou-se que, apesar do legado das terras palmarinas, havia uma espécie de negação em relação à resistência negra, atribuindo a este contexto algo como “coisa de negro”, algo presenciado pelos coordenadores do projeto – que

⁸ I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares. - Dossiê (SNI).

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ A maior e mais conhecida comunidade de toda a América surgiu no final do século XVI e permaneceu até o século XVIII, a representar uma esperança aos cativos e uma ameaça a autoridades e senhores (Gomes, 2005, p. 10).

também eram militantes da ACZ. Neste projeto, os militantes ao lado dos professores, promoviam diálogos sobre a história do Quilombo dos Palmares, abordando principalmente a importância da luta coletiva para a superação do racismo na sociedade brasileira.

[...] Em 1983, com a implantação de um projeto que era um desafio do Governo Federal, um projeto de interação, hoje tem muito a ver com o programa “Jovens e Adultos”; você fazia com que aquelas crianças aprendessem a ler e escrever com a realidade local, isso era um desafio! Quando nós começamos, falou-se da questão da terra, pegamos o Muquém [Quilombo] e o projeto não durou seis meses. O prefeito mandou parar porque estava fazendo a denúncia sobre a questão da terra, que eles perderam terra, etc; criou-se até uma escola no quilombo, aquela da casinha velha ali, foi uma escola criada por nós. Então, saía um movimento desses sempre vinculado ao NEAB. A UFAL e os professores tinham essa visão. Aliás o militante é professor, e não tinha, nesse momento não se falava em grupos culturais de matriz africana, só que existia. (Araújo, 2011, p. 112)

O caráter pedagógico da ACZ tinha como referência a proposta do MNU ao incentivar os debates étnico-raciais nos espaços escolares, pois, promover a desconstrução dos conhecimentos plasmados numa perspectiva eurocêntrica relaciona-se ao compromisso antirracista, incluindo narrativas de grupos historicamente marginalizados pela história oficial. A criação do Projeto Palmares da ACZ, realizado na zona rural de União dos Palmares, teve como estratégia rememorar o legado ancestral do Quilombo dos Palmares como forma de incentivar o debate e criar alternativas pedagógicas para aquela realidade local, mesmo com os empecilhos citados por Zezito Araújo anteriormente.

No I Simpósio Nacional, foi criado o Conselho Geral do Memorial Zumbi que constitui “o braço executivo do Memorial; suas atividades visam imediata e prioritariamente a conseguir o tombamento do sítio histórico da Serra da Barriga” (Nascimento, 1980, p. 100). A primeira diretoria do conselho foi formada por Olímpio Serra (presidente), Joel Rufino dos Santos (secretário) e por Carlos Moura (tesoureiro), cuja proposta visava discutir uma série de questões que iam além do tombamento da Serra da Barriga: produzir a memória de Palmares e da comunidade afro-brasileira; exigir a correção dos currículos escolares com relação aos

estereótipos atribuídos à comunidade afro-brasileira; inserir a comunidade local e outras comunidades negras no projeto e na execução do Memorial de Zumbi; fazer que o memorial funcionasse como centro de informação com documentação e pesquisa acadêmica; ser um ponto de concentração dos movimentos negros do país e do exterior; fazer respeitar as religiões afro-brasileiras; reconhecer o papel e os direitos da mulher negra, entre outros propósitos.

Com relação à metodologia de estrutura e estratégia, a resolução afirmava que deveria ser criado um conselho geral para a elaboração do projeto final do Memorial de Zumbi e que, para compor o conselho, deveriam ser representantes de entidades presentes no Simpósio e que trabalhassem com temáticas relacionada à comunidade afro-brasileira, pessoas indicadas pela Serra da Barriga e pela comunidade negra de Maceió. Inclusive, uma das propostas do Conselho Geral do Memorial Zumbi – Parque Histórico Nacional¹² - era a criação do Memorial Zumbi, o qual seria realizado por meio “dos descendentes de Zumbi para todo o povo brasileiro”, tendo como objetivos:

Celebrar o estado negro e democrático de palmares que existiu durante cem anos (de 1590 a 1695), tornando-o conhecido de todo nosso povo.

Construir um monumento no local em que ficava a capital do estado negro e democrático de palmares, na serra da barriga-alagoas, perpetuando na memória do nosso povo os grandes acontecimentos que ali se deram.

Tornar a Serra da Barriga, Alagoas, capital do Estado negro e democrático de Palmares, um local permanente de peregrinação e encontro de todos os brasileiros que lutam, sem preconceitos, pela democracia.¹³

O Conselho Geral do Memorial Zumbi teve um trabalho fundamental para a promulgação de pesquisas sobre a Serra da Barriga, responsável pelo pedido de tombamento da Serra da Barriga e pelos estudos na área de história, arqueologia, biologia, geografia, meteorologia a serem realizados no local (Marques; Correia, 2022 *apud* Arquivos do NEABI-UFAL). Constatamos que a criação do Conselho Geral do Memorial Zumbi foi essencial, pois, desde o ano de 1981, buscou-se a efetivação do

¹² Documento anexado na ata do I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares.

¹³ Idem.

tombamento da Serra da Barriga por meio de uma rede de apoio formada pelos próprios militantes de Alagoas e de outros estados brasileiros. Sendo assim, essa ramificação de entidades, instituições e demais pessoas envolvidas, foi o que impulsionou de fato o processo de tombamento em União dos Palmares.

Nesse trabalho contínuo, desde o início da década de 1980 até 1988, promovido pela ACZ e pelo Conselho Geral do Memorial Zumbi, foram tecidas estratégias para o reconhecimento histórico, político e cultural do solo da Serra da Barriga, buscando-se, em especial, integrar a sociedade civil para que houvesse uma real interação com o Memorial Zumbi, compreendendo que tal espaço comporta significados que parte de um legado ancestral e que a sua construção está comprometida com as novas formas de pensar e fazer a sociedade palmarina através de pesquisas sobre as diferentes perspectivas históricas, antropológicas, culturais e geográficas. Além disso, trata-se de uma das fontes afro-brasileiras materializadas, o Parque Memorial Zumbi dos Palmares seria, portanto, um acervo de memória, resistência e pesquisa para toda a comunidade.

Apesar de compreender a importância do I Simpósio Nacional sobre Zumbi dos Palmares e da ação do Conselho Geral do Memorial Zumbi, o militante Zezito Araújo, um dos líderes da ACZ, chamou a atenção para o fato de não se sentir representado no evento e que sua presença e a de outros militantes seria pelo fato de serem privilegiados, além de enfatizar a problemática da marginalização do povo negro brasileiro. Sendo assim, ainda haveria a questão da sociedade em descredibilizar as representações negras nos movimentos sociais, desconsiderando suas atuações e sua influência no estado, como, por exemplo, na criação de políticas afirmativas impulsionada pela luta antirracista que visa ao combate às discriminações raciais, étnicas, econômicas, religiosas e de gênero.

No entanto, devido ao discurso meritocrático, que desconsidera a realidade de uma parcela significativa da sociedade que vivencia a desigualdade social cotidianamente, ainda há uma manutenção da ideia de que a existência de políticas afirmativas é apenas um “privilegio negro”. Nesse sentido, a mobilização do MNU busca não apenas a valorização negra a partir de aspectos culturais, religiosos,

artísticos, políticos, mas também a superação do racismo e de outras formas de exclusão.

A postura política de combate ao racismo e o reconhecimento de outras lutas, como a violência de gênero, foi abordada por Lélia Gonzalez no simpósio – um dos principais nomes do Movimento Negro Unificado constituído na década de 1970 –, tendo seu discurso registrado e divulgado no Jornal Folhetim de São Paulo em 22 de novembro de 1981, uma edição voltada à Zumbi dos Palmares e à cultura negra. Posteriormente, esse discurso foi inserido no livro *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), que reúne seus textos de dos períodos de 1979 a 1994, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Em seu discurso, Gonzalez questiona o papel da mulher negra quilombola nos estudos sobre o Quilombo dos Palmares e como as mulheres negras quilombolas também desempenharam papéis importantes para a sobrevivência dos quilombos.

Mas cabe aqui uma pergunta: onde é que a mulher negra entra nesse papo? Será que vamos falar de Dandara ou de Luísa Mahin? Não especialmente. Mas enquanto quilombolas, não há dúvida. É claro que, aqui, o termo está sendo tomado num sentido mais amplo, metafórico mesmo. A mulher negra tem sido uma quilombola exatamente porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro. E, numa primeira aproximação, podemos afirmar que ela só tem a ver com os dois tipos de permanência de Zumbi na cabeça da moçada. Tentemos explicar. (Gonzalez, 2020, p. 179-180)

Os tipos de permanência mencionados por Gonzalez relacionam-se à identidade da mulher negra construída a partir da herança colonial, destacando-se a figura da mãe preta como representação da aceitação do papel de submissa. É o que a intelectual chama de “resistência passiva”, ao dizer que o comportamento passivo foi realizado como estratégia de sobrevivência, construindo boas relações e constituindo uma espécie de “romance familiar” ao estreitar os vínculos com a família dos senhores brancos. Essa forma de resistência foi “fundamental na formação dos valores e das crenças do nosso povo” (Gonzalez, 2020, p. 180). Com isso, compreende-se também a influência das “mães pretas” nas formações linguísticas da africanização do português brasileiro, “transformando-o em pretoguês” (Gonzalez, 2020), conceituado por Lélia Gonzalez, a amefricanidade estabelece as

influências africanas na cultura brasileira. Nesse sentido, a resistência passiva “na casa-grande ou na senzala, no eito ou nos quilombos, no candomblé ou na umbanda, nos ranchos ou nos afoxés garantiu a sobrevivência de todo um povo enquanto raça e cultura” (Gonzalez, 2020, p. 182).

Em sua participação no I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares em Alagoas e na peregrinação no 20 de novembro de 1981, Lélia Gonzalez relata, a partir das categorias de raça e gênero, a ancestralidade da mulher negra quilombola.

Aqui nas Alagoas, um grupo de mulheres negras de diferentes estados, representantes ou não de movimentos negros, se preparou para subir a serra da Barriga, onde se situava a capital de Palmares, o mocambo do Macaco. O projeto do Memorial Zumbi, do qual fazemos parte, realizou um ato solene, uma homenagem a Zumbi, no 20 de novembro. Enquanto isso, no resto do país, uma série de eventos estavam acontecendo neste Dia Nacional da Consciência Negra, promovidos pelos movimentos negros. E lá no alto da serra, durante a solenidade, ficamos pensando naquelas palmarinas, que preferiram matar os próprios filhos e se suicidarem em seguida para não se deixarem escravizar. (Gonzalez, 2020, p. 182)

A trajetória de mulheres negras tem como característica a busca por melhores condições de vida, seja para si mesmas ou para seus filhos, dando preferência a uma realidade livre da violência, como bem enfatizado por Lélia Gonzalez. Mas, é importante frisar que uma das possíveis alternativas diante da escravidão, seria o suicídio, sendo a desistência da vida uma forma de negação e não aceitação de uma realidade injusta, violenta e opressora.

Ao final do evento, no dia 20 de novembro, foi realizada uma peregrinação até a Serra da Barriga, uma caminhada anual que acontece desde agosto de 1980, com o intuito de reforçar o não esquecimento dos movimentos sociais ao legado do Quilombo dos Palmares. A peregrinação contou com a presença de lideranças católicas, Babalorixás e Yalorixás dos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com cultos, oferendas e missas. Houve a presença de jovens que estavam ligados a movimentos negros de outras localidades, além de blocos afros como o Ilê Ayê e demais representantes de instituições e associações culturais (Marques; Correia, 2022).

Trata-se de um momento de fortalecimento coletivo e de uma conexão espiritual, para Joel Rufino Santos seria um “ritual que realimenta o nosso axé” (Santos, 2017, p. 106). Ainda de acordo com Joel Santos sobre a conexão com o sagrado na peregrinação, muitos dos que participavam se sentiam emocionados, conectados com seus ancestrais, comovidos e, sentindo-se reenergizados para dar continuidade à luta antirracista.

Não se trata de uma discriminação a outros cultos, a outras formas de religiosidade. Trata-se do reconhecimento do papel integrador que tem o candomblé quando se está tratando da ancestralidade negra, do resgate do passado, do fortalecimento de nossa ligação com a natureza, com a terra, com a África, com as raízes da cultura afro-brasileira. Essa presença da religiosidade afro-brasileira nas celebrações do Memorial Zumbi tem dado a elas um alcance muito maior do que teriam se ficassem limitadas ao plano político-ideológico. É como se o Memorial Zumbi tivesse se ungido, desde sua primeira hora, por essa densa religiosidade brasileira, com seu axé (Santos, 2014, p. 106)

A consagração da peregrinação anual, no dia 20 de novembro até a Serra da Barriga, se tornou um rito para os militantes negros que buscam se conectar com a ancestralidade, além de ser, também, uma possibilidade de construir novos debates norteados pelas temáticas étnico-raciais, mobilizando cada vez mais pessoas de outros estados brasileiros bem como de outros países, chamando sua atenção para a valorização político-cultural das terras palmarinas.

3. AS DIVERGÊNCIAS NA ACZ

Apesar da influente participação da ACZ como uma das principais¹⁴ representantes da luta antirracista no estado de Alagoas, algumas problemáticas foram levantadas devido à secundarização do caráter político da entidade. Em uma de suas principais abordagens, a Serra da Barriga seria uma temática constante para

¹⁴ Acreditamos que a ACZ está entre as representações políticas negras de Alagoas da década de 1980, bem como os terreiros afro-religiosos. Para saber mais, ver em: “Àbúrò N’ilê” – o irmão mais novo da casa: a formação histórica do movimento social juventude de terreiro em Alagoas (2012-2017), Ellen Cirillo Santos.

a entidade, no entanto essa é uma questão problematizada por Jeferson Silva no que se refere à unanimidade do foco da Serra da Barriga, como a principal motivação da ACZ.

Não se trata aqui de questionarmos a importância da Serra da Barriga em seu significado simbólico, enquanto legado da luta negra pela liberdade. Mas sim de abordar a atitude de um movimento que se pretendia ‘lutar contra todas as formas de discriminação do homem alagoano, principalmente do negro, integrando-o na sociedade brasileira’ e ‘desenvolver, junto aos negros alagoanos, a busca da identidade negra e de seus valores culturais’. (Silva, 2006, p. 4)

A ACZ tinha uma relação direta não só com a militância negra, mas com o estado de Alagoas, assumindo de forma clara o seu compromisso cultural. O próprio nome da entidade relacionava a questão cultural ao nome de Zumbi, apesar do compromisso com a valorização da cultura negra, para a ACZ não somente a questão cultural seria importante, havia a consciência do diálogo da cultura com a política, mas, para Marcelino Silva um dos seus integrantes da ACZ, isso foi inviável (Silva, 2006).

Consideramos que, apesar da política como categoria fundamental na luta antirracista e tendo a ACZ como uma consciência dessa questão, o que aparenta é que houve uma concentração de ideias e de interesses em massa voltados para a Serra da Barriga. Por outro lado, compreendemos que há tensionamentos entre os militantes a partir dos conflitos de ideias entre os próprios integrantes, tanto que, no ano 1984, houve uma primeira ruptura entre alguns integrantes que optaram por sair da ACZ e formar o “Filhos de Zumbi”, que durou mais ou menos dois anos (Silva, 2006). Um dos motivos apontados para a desarticulação da ACZ, seria a falta de articulações políticas que de fato chegassem até a base da população negra, além da centralização de pautas sobre a Serra da Barriga e a busca pelo revezamento de poder entre os militantes na direção da entidade.

A respeito da falta de interação da ACZ com a massa, na realização da IV Semana Zumbi em 1984 – mesmo ano em que ocorre a primeira cisão da entidade – um dos integrantes da entidade afirma que a concepção da falta de interação da ACZ com a sociedade civil é pura desinformação, pois “nós tivemos uma ampla

penetração em escolas, oficiais e particulares (Marques, 2024, p. 208, *apud* Acervo NEABI/UFAL, 1984b). Além disso, um outro militante da entidade, Marcelino Máximo, abordou sobre a não constância da ida às ruas além de datas alusivas ao povo negro como o 20 de novembro, para ele “a gente tem começado agora, a gente ainda não conseguiu sensibilizar as massas, o grosso dos negros alagoanos para que defendessem sua própria identidade” (Danilo Marques, 2024, p. 207 *apud* Acervo NEABI/Ufal, 1984b).

De acordo com Zezito Araújo, primeiro presidente da ACZ, as pessoas que prosseguiram na entidade afirmaram que as discussões sobre o rompimento não teriam relações com a política (Silva, 2006), a descentralização da política como uma das críticas apontadas, para ele, não foi um fator a ser levado em consideração. Por outro lado, Zezito Araújo reconhece o déficit da ACZ perante a realização das palestras de forma isolada, não dialogando com outros coletivos negros organizados para a criação de intervenções político-pedagógicas. Para Silva (2006):

O que nós temos de concreto é que, de fato, a Associação Cultural Zumbi tinha uma deficiência no que diz respeito à fomentação de uma política de base. É perceptível no depoimento de seus militantes que a ACZ fazia palestras constantes nas escolas do Estado. No entanto, tais palestras não eram seguidas de um maior acompanhamento, onde mais tarde a entidade pudesse ter a formação de quadros. Acreditamos que houve um erro no que diz respeito ao direcionamento de tais palestras, as mesmas deveriam ter sido desenvolvidas junto aos grupos negros organizados, de forma a ter um maior controle sob tal formação (Silva, 2006, p. 9)

De acordo com uma das integrantes e ex-presidente da ACZ, entre os anos de 1989 e 1991, Vanda Barbosa, enfatiza que a associação era de fato um grupo político que tinha como intuito discutir a discriminação e o racismo em Alagoas, e que esta revolucionou o estado a partir de suas atividades, sendo a ACZ quem constituiu o Memorial Zumbi, que “brigou” pelo tombamento da Serra da Barriga para desapropriá-la. Em entrevista cedida aos pesquisadores Verena Alberti e Almicar Pereira, Vanda Barbosa relata a criação da Associação Cultural Zumbi.

Nas primeiras reuniões. Não foi na primeira, mas nas primeiras reuniões. Quando a gente pensou e decidiu que teríamos uma entidade, um grupo para discutir e esse grupo teria que ser uma

coisa escrita, com estatuto com tudo... Tanto que a gente passa de 1979 a 81, acho. Em fevereiro de 1981 é que a gente se constitui – 1980, por aí, não tenho absoluta certeza – em uma organização com estatuto, passado em cartório, tudo. Era responsável pelo 20 de novembro, éramos a referência. Depois surgem outras entidades, alguns dissidentes da nossa fazem outra entidade. E depois começam-se muitos grupos culturais: bandas, grupos de capoeira, de dança afro. Mas tendo sempre na Associação Cultural Zumbi o porto seguro. Porque éramos nós que íamos para o embate político. Discussão política era com a associação. Tanto que ela se desarticula nos anos 90 e a gente até hoje não tem uma entidade do movimento negro com a articulação política como a gente teve. (Barbosa, 2005, p. 23)

Para Vanda Barbosa, a ACZ tinha muita articulação com a educação, os integrantes iam até as escolas discutir a questão negra – desfazendo os discursos do 13 de maio e enaltecendo o 20 de novembro e oferecendo capacitações nas escolas para os docentes na década de 1980. Houve também articulações com os terreiros alagoanos, de tal modo que, no ano de 1984, a ACZ tinha o levantamento de todos os terreiros do estado, uma vez que os laços com as religiões afro visavam à construção de debates sobre a consciência negra no espaço religioso. Sobre a Serra da Barriga, para a militante negra não foi uma tarefa fácil, pois os integrantes da ACZ levavam tiros de “soca-tempero”¹⁵ dos fazendeiros porque estes “não queriam que a gente demarcasse” (Barbosa, 2005, p. 22), inclusive, existiam estratégias de visitar a Serra da Barriga em grupos – já que havia ameaças de morte.

Segundo ela, o trabalho realizado pelos militantes e intelectuais para a consolidação do Memorial Zumbi foi algo natural, não era um trabalho para angariar dinheiro, se tratava da articulação de uma entidade não governamental. Para auxiliar nas despesas de viagens até União dos Palmares, o Ministério da Educação concedeu um auxílio financeiro para a formação de professores em União dos Palmares com temática voltada para a Serra da Barriga.

E tem alguns deputados que, naquela Emenda, davam uma grana para a Associação para a gente poder ir para o interior, trabalhar, ir para União dos Palmares, formar os professores para falarem da Serra. A gente trabalhar em União dos Palmares, para ter a Casa Jorge de Lima, como tem hoje. Ir lá, fazer o trabalho para que as escavações da Serra, o que se procurasse e se achasse ficar naquele

¹⁵ Termo usado para se referir à espingarda.

museu... Mas não para ter um coordenador do projeto, que ganhava aquele dinheiro. Isso não existe na minha terra, até hoje. Não tem ONG. (Barbosa, 2005, p. 25)

Compreende-se que havia malabarismos para que a ACZ tivesse continuidade, seja no auxílio financeiro para a criação de projetos em União dos Palmares, seja nas reuniões que inicialmente eram em praças públicas, depois realizadas no CEAB. Posteriormente, a entidade conseguiu um espaço na Secretaria da Cultura em Maceió, no ano do centenário da abolição, em 1988. O telefone de contato da ACZ era do Diretório Central dos Estudantes (DCE), como também da residência do militante Zezito Araújo e de Vanda Menezes, ou seja, eram realizadas maneiras de manter as atividades da entidade mesmo que esta não tivesse inicialmente uma sede oficial ou telefone próprio.

Com relação à ACZ concentrar suas atividades à Serra da Barriga e consequentemente, existir um déficit nas relações com a sociedade-civil, entra em contradição quando nos deparamos com o fato de que a ACZ foi parcialmente responsável por discutir e questionar a realidade da população negra alagoana, sobretudo, através de práticas político-pedagógicas antes da criação da lei 10.639/03, algo que remonta ao que o MNU se propunha a executar diante de seu caráter pedagógico que impulsionou a criação de políticas afirmativas negras.

Como todo movimento social, as trajetórias são marcadas por tensões, contradições, conflitos e relações de poder devido às diferentes concepções e posicionamentos acerca do que se considera fundamental para a continuidade do coletivo. Dentro do que a ACZ se propôs, consideramos que ela consegue atingir os seus objetivos quando articula a luta antirracista como uma possibilidade de introduzir na sociedade alagoana a necessidade de discutir a questão racial como forma de enfrentamento às discriminações e ao mesmo tempo, incorporando o legado da história do Quilombo dos Palmares, salientando como a sociedade palmarina foi/é um exemplo de resistência negra.

Por fim, não limitamos a ACZ como a única e exclusiva entidade antirracista em Alagoas na década de 1980, tendo em vista a presença de terreiros afro-religiosos que atuavam no mesmo contexto ou anterior à criação da entidade. Frisamos que, a partir das contundentes críticas feitas à ACZ, não podemos nos esquecer de que,

quando falamos em representação política negra alagoana no período da redemocratização brasileira, a ACZ apresenta-se como uma das protagonistas na luta do povo negro corroborando para a construção de políticas afirmativas.

4. ENTRE 1985 E 1988: UM PERÍODO FUNDAMENTAL NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS

De 1985 a 1988, foram quatro anos de reconhecimentos de luta e efetivação do resultado de articulações. Para os militantes negros, sobretudo, para a comunidade negra de Alagoas, o ano de 1985 foi simbólico devido ao tombamento da Serra da Barriga, fruto de muito trabalho e esforço das representações políticas negras do estado alagoano e de Movimentos Negros de outros estados brasileiros, que lutaram para pressionar o governo nacional para o reconhecimento da Serra da Barriga como um patrimônio histórico brasileiro.

[...] o Conselho Geral do Memorial Zumbi encaminhou para o IPHAN a solicitação de tombamento da área da Serra da Barriga validando o pedido diante da sua dimensão e importância histórica, cultural e social referente aos povos negros no Brasil (DOSSIÊ, 2017, p. 69). Em 20 de novembro de 1985, com a solicitação acatada pelo IPHAN, a Serra da Barriga é então tombada pelo Governo Federal. Em 21 de março de 1988, a mesma foi declarada Monumento Nacional e também de utilidade pública, com fins de desapropriação, para estudos e pesquisas. (Villarinho, 2023, p. 52)

O tombamento da Serra da Barriga foi assinado pelo ex-ministro da Cultura, Aloísio Pimenta, no dia 20 de novembro de 1985. Em seu discurso, o ex-ministro afirma que ainda existe racismo no Brasil e que todos deviam fazer esforços, desde a educação pré-escolar, para enfim erradicar esses preconceitos¹⁶. Além de representantes das comunidades negras brasileiras, estiveram presentes os embaixadores da Costa do Marfim, Senegal, Gana, Togo, Gabão, Zaire, Camarões, Angola e Nigéria. Além de Aloísio Pimenta, compuseram o ato solene representantes da Secretaria de Cultura de Alagoas, a prefeitura de União dos Palmares e militantes

¹⁶ Tombamento da Serra da Barriga (1985), União dos Palmares/AL - Dossiê (SNI).

de outras regiões brasileiras. Na ocasião, o ministro da Cultura repassou para a Prefeitura de União dos Palmares/AL, Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) pelos gastos com o levantamento topográfico e socioeconômico da área.

A partir de agora, o lugar se transforma em um Monumento Histórico e Cultural Nacional. O Memorial Zumbi, que será um centro de documentação, pesquisa e difusão da cultura negra, numa área de 280 hectares de matas, deverá ficar pronta em 1988, quando se comemora o centésimo aniversário da abolição da escravidão. (Villarinho, 2023, p. 52)

A Serra da Barriga ganha o título de Patrimônio Cultural Brasileiro em 1986, o território é desapropriado em 1988, o Parque Memorial é inaugurado em 2007 e, por fim, em 2017, a serra torna-se Patrimônio Cultural do Mercosul. Inicialmente, o espaço pertencia a João Lira e Lula Pinto, e, antes de sua desapropriação, a única forma de ir até o local seria de helicóptero porque “eles eram donos da terra” (Barbosa, 2005, p. 24). Esse empecilho relaciona-se ao fato de que um dos proprietários não quis abrir mão de sua “propriedade” (Barbosa, 2005), porém, ao final este trâmite foi resolvido. Desse modo, para Vanda Barbosa, considera-se que a realização da construção do Memorial Zumbi foi importante, pois o memorial também articulou um debate entre os intelectuais brasileiros, como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez.

Foi muita luta. E não foi luta só nossa, de Alagoas. O Memorial Zumbi foi fundamental para essa luta. Porque você tinha um Abdias do Nascimento, você tinha uma Lélia González, você tinha pessoas de fora do estado que também discutiam e exigiam isso. Então, foi muito interessante. (Barbosa, 2005, p. 24)

Além de ter sido um ano importante em relação à desapropriação da terra, não podemos deixar de enfatizar que o ano de 1988 foi um marco importante para a militância antirracista, destacando-se o centenário da abolição, a nova Constituição brasileira, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e, no cenário alagoano, a Jornada da Mulher Negra alagoana – evento preparatório para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro no mesmo ano. A Jornada da Mulher Negra alagoana, realizado em agosto de 1988, foi fundamental para a visibilidade feminina negra no estado, sendo debatidas as suas pautas, experiências

e críticas, pontuando a importância da mulher negra na sociedade brasileira e a desconstrução de estereótipos voltados aos fatores de raça, classe e de gênero nos mais diversos âmbitos.

O que nasceu no início da década de 1980, a partir de diferentes esferas de atuação, eventos, encontros e projetos, foi resultado de muito trabalho, sem desconsiderar os obstáculos enfrentados para a idealização e concretização do Memorial Zumbi, considerado “como verdadeira pedra fundamental na construção desse Brasil democrático e pluricultural – mas, principalmente, plurirracial” (Nascimento, 2014, p. 101). O que, vale ressaltar, torna-o um dos maiores patrimônios públicos de origem negra e de reconhecimento nacional.

Destacados os principais momentos da ACZ no período de 1980-1988, a entidade teve seu fim no ano de 1992. Com relação à desarticulação, Vanda Barbosa afirma que a ACZ foi encerrada devido à alta demanda que a sobrecarregou – a militante foi presidente da associação no período de 1989-1991 – fazendo com que a entidade não tivesse prosseguimento. Porém, para ela, a Associação Cultural Zumbi não teve um fim de fato, pois foram construídos laços de amizade entre os integrantes ao longo dos anos de compromisso com a luta antirracista e, mesmo após o fim da entidade, mantiveram contato apesar da distância, já que alguns dos militantes como Zezito Araújo e Fátima Viana, se deslocaram para a cidade de São Paulo.

O grupo não se desfez, a gente continua se encontrando, nesses 25 anos, 26 anos já. Marcamos, agora, reuniões regulares, mensais. Mas continua a Associação Cultural Zumbi, se reunindo... Por conta de eu estar secretária, Zezito também ter estado, eles cuidam da gente. Senta, discute, a gente se reúne para saber o que está fazendo, para criticar, para ajudar... No 20, sempre, o Zito contou com ativistas da Associação Cultural Zumbi para ajudar, para fazer... A gente nunca se perdeu, é muito interessante. No Natal, a gente se encontra; nos aniversários, a gente se encontra. A gente se alimenta muito. Uma relação afetiva muito forte. Continuamos, cada um no seu canto, não deixou. (Barbosa, 2005, p. 35)

Apesar dos conflitos e problemáticas, a ACZ foi um movimento importante na luta antirracista em Alagoas, sendo a entidade uma das principais forças políticas envolvida tanto no marco do tombamento da Serra da Barriga como no surgimento

do Memorial Zumbi – responsável por fomentar os estudos históricos e geográficos, concentrando documentos referentes à Serra da Barriga, a cultura e resistência palmarina –, além de fortalecer a criação da Fundação Cultural Zumbi dos Palmares (Fundação Zumbi) em 1988. Para o historiador Danilo Marques, o Memorial Zumbi acabou se tornando um ponto de convergência entre “onde as várias tendências dos movimentos negros no Brasil e no mundo se conectaram” (Marques, 2024, p. 199).

Ao considerarmos a ACZ uma das principais articulações antirracistas no estado de Alagoas, mesmo diante das problemáticas da falta de uma melhor atuação política, não podemos desconsiderar a importância de sua influência desde as primeiras reuniões, em que se discutiu a importância da valorização das terras palmarinas, o seu tombamento e as suas articulações com a educação e os terreiros afro-brasileiros do estado. Nesse sentido, sendo Zumbi dos Palmares uma figura representativa para a superação do racismo em terras alagoanas, a ACZ articulou o sentimento de pertencimento ao estado, à sociedade e à cultura palmarina através de estratégias de intervenção. Tanto é que os militantes do Movimento Social Negro alagoano se consideram descendentes de um povo que lutou, que não aceitou a submissão e a violência do sistema escravista, e que (re)surge séculos mais tarde como fruto da resistência negra palmarina, com a criação de uma entidade que consideramos um verdadeiro aquilombamento.

5. VENHA, VAMOS NOS AQUILOMBAR COM A ACZ: O LEGADO DO MOVIMENTO NEGRO EM TERRAS PALMARINAS

Ao falarmos sobre uma luta coletiva que durou mais de uma década e que até os dias atuais é referência no estado de Alagoas, quando se fala em luta antirracista, o conceito de quilombismo do intelectual Abdias do Nascimento reflete – da teoria na prática – a ação dos militantes da ACZ. Em sua obra *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (1980), Nascimento reflete sobre a falta de condições econômicas do negro mesmo em um lugar onde ele é “o próprio corpo

e alma deste país” (Nascimento, 1980, p. 253) e que, apesar de sua contribuição histórica pautada pela exploração física e psicológica, durante três séculos, a comunidade afro-brasileira reergueu as estruturas do Brasil, mas segue sendo tratada de forma desigual (Nascimento, 1980). As condições de vilipêndio às quais a comunidade negra era submetida, os quilombos foram formados não só como espaço de sobrevivência e exercício da existência, mas também como meio de resistência.

O conceito de quilombismo de Abdias do Nascimento, tem como definição as diversas possibilidades de redes de associações, como, por exemplo, irmandades, clubes, terreiros, afoxés, escolas de samba, grupos de cultura negra; são formatos diferentes que constroem possibilidades de mobilização da comunidade negra, uma “práxis afro-brasileira” (Nascimento, 1980) definida como quilombismo.

Em diálogo com a concepção de quilombismo, o conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira da historiadora Beatriz Nascimento converge com as ideias de Abdias do Nascimento, ao abordar as diversas possibilidades de resistência, sobretudo, no Brasil, se apresentando em diferentes manifestações incorporadas “na luta árdua pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica” (Nascimento, 1980, p. 46). Seja no âmbito doméstico ou social (Nascimento, 1980), as formas de enfrentamento podem se apresentar no “caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, de hábitos, gestos, e assim por diante.

Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil” (Nascimento, 1980, p. 46). Decerto que, ao considerarmos a Associação Cultural Zumbi, um quilombo que tem como principal referência Zumbi dos Palmares, concordamos com as conceituações de Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, ao que cerne as definições de quilombismo quando nos referimos à ACZ como um espaço de aquilombamento, onde os componentes da entidade, puderam experienciar, atuar e contribuir com a luta antirracista e de gênero.

Desde a primeira reunião da ACZ que findou com a criação do grupo, ainda em 1979, e posteriormente, cerca de um ano depois com a década de 1980, houve um sequencial de mobilizações: a primeira peregrinação até a Serra da Barriga; o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, que idealizou a construção do

Memorial Zumbi juntamente a militantes e pesquisadores de outras localidades; as intervenções pedagógicas em que os integrantes da ACZ tiveram a oportunidade de participar de aulas em escolas de União dos Palmares, com o intuito de abordar para os alunos do município e povoados, a história Zumbi dos Palmares e a resistência da comunidade negra brasileira; o tombamento da Serra da Barriga e sua desapropriação; e a Jornada da Mulher Negra alagoana como preparativo do I Encontro Nacional de Mulheres Negras – além das participações de mulheres negras da ACZ nos eventos de gênero nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro etc –, reconhecemos que esta sequência de acontecimentos que citamos até aqui é mínima perto da intensidade e do quantitativo de mobilizações internas, entre os militantes da ACZ, e externas, em suas relações com entidades de outras regiões do país.

Diante do exposto, considera-se que, assim como as mulheres tiveram papel fundamental na sociedade palmarina, seja por meio do trabalho ou na influência no modelo familiar com a prática da poliandria¹⁷, as mulheres negras na ACZ embora fossem minoria, suas participações se deram desde a criação da entidade, onde suas vozes, provocações e compromissos já existiam desde a fundação da ACZ em 1979, na sua articulação e no desenvolvimento ao longo da década de 1980-1990.

A luta negra feminina ocorre em meio ao contexto de redemocratização da sociedade brasileira, com a intensificação dos movimentos sociais, sobretudo, na luta antirracista e na representação do Movimento de Mulheres Negras em todo o país. Hoje, após grandes conquistas para a população negra, ainda seguimos na luta pela superação do racismo. Como bem afirma Beatriz Nascimento “não contavam os dominadores que seus dominados acumulassem não só sofrimento e miséria, mas também aspectos de sua cultura, inclusive seus vícios e virtudes (2021, p.45)”, nós também acumulamos força, conhecimento e memórias, fatores que nos conectam com nossa ancestralidade.

6. REFERÊNCIAS

¹⁷ União conjugal na qual mulheres podem se casar com mais de dois homens.

ARAÚJO, Zezito de. *Projeto Palmares*. Cad. Pesq. (63), nov/1987.

BARBOSA, Vanda Maria Menezes. (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

CORREIA, Rosa Lucia da Silva. *Como os nêgos dos palmares: uma nova história de resistência na serra da Barriga* - AL. 2016. 251 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

DUARTE, Tâmara Elizabeth do Nascimento. *Memorial Zumbi: o movimento negro e o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981)*. 2023. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981). Dossiê do Serviço Nacional de Informações (SNI).

GOMES, Flávio. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul* / Flávio Gomes. – São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Mulher Negra*, Rio de Janeiro/RJ, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado. *Entrevista Lélia Gonzalez*. Nº19 – maio/junho/julho de 1991.

MARQUES, Danilo Luiz. “Acorda, negrada!!!”: a Associação Cultural Zumbi e a luta antirracista pela redemocratização do Brasil (Alagoas, 1979-1985). *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas* / Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares (Org.). - Maceió: Edufal, 2024. 339 p. (Cultura, narrativas e trajetórias, v. 2).

MARQUES, Danilo Luiz; CORREIA, Rosa. O Movimento Negro, o Neabi/Ufal e a implementação do programa de políticas de ações afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (2003-2022). *Revista Escritas do Tempo* – v. 4, n. 10, jan-abr 2022, p. 23-45.

MOTTA, Zezé. *O Significado de Palmares para a Luta Negra*. I Simpósio Nacional Sobre o Quilombo dos Palmares (1981). Acervo NEABI/UFAL.

NASCIMENTO, Abdias do. *Memorial Zumbi: um informe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi*. *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil* / Elisa Larkin Nascimento - São Paulo: Selo Negro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Editora Vozes Ltda, Petrópolis/RJ, 1980.

PEREIRA, Amílcar Araújo. "O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2010.

SANTOS, Joel Rufino. Memorial Zumbi: conquista do movimento negro. *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil* / Elisa Larkin Nascimento - São Paulo: Selo Negro, 2014.

SILVA, Iraneide, Soares. Caminhos, pegadas e memórias: uma História Social do Movimento Negro brasileiro. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 14, n. 1, 2016.

SILVA, Jeferson Santos. *Cultura negra em Alagoas: uma construção de negritude*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2008.

SILVA, Jeferson Santos. "Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi." *Kulé-Kulé II: Visibilidades Negras*. Maceió: Edufal, p. 96-105, 2006.

Tombamento da Serra da Barriga (1985), União dos Palmares/AL - Dossiê do Serviço Nacional de Informações (SNI).

VILLARINHO, Rayanne Matias. Mesmo solo, novo status: A patrimonialização da Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares. *Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n. 23, 2023.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, v.1, n.1, mar-jun de 2010.

Artigo recebido em: 17/02/2025.

Aprovado para publicação em: 24/09/2025.